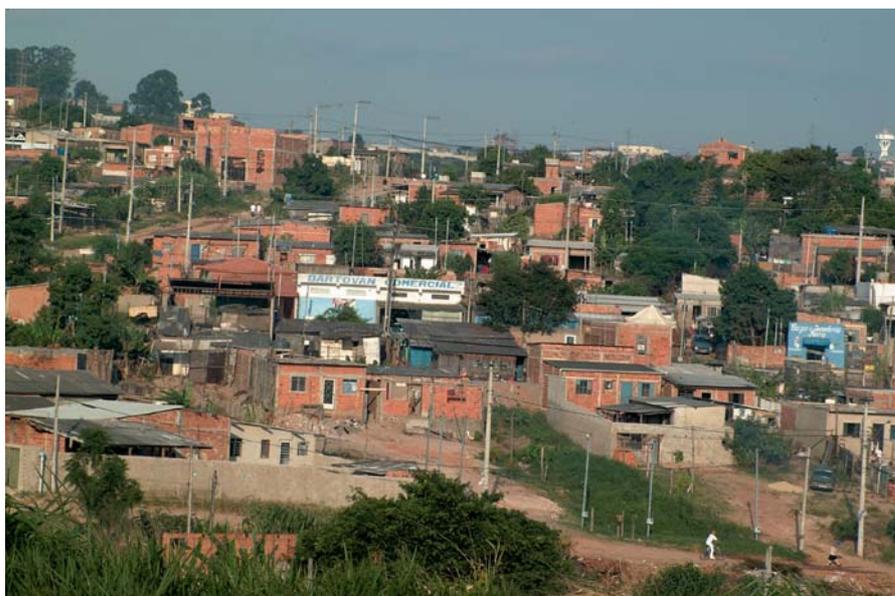


As piadas, no entanto, não refletem a complexidade das controvérsias nas quais se apóiam. “O prazer deriva do reencontro de uma situação familiar, como estar em casa ou voltar à infância”, compara Possenti. “O adulto não brinca com as palavras tão freqüentemente quanto as crianças e os humoristas”. No nível da linguagem, há diversas complexidades morfológicas, ortográficas, sintáticas, que as crianças cometem por experimentarem com um código não completamente assimilado; quanto aos adultos, ocorrem por distração, brincadeira, ironia, agressividade. Não é à toa que, desde Aristóteles, outra característica considerada distintiva do humor é o rebaixamento. “Nesse caso, o riso brota de alguém que é feio, faz ou diz bobagens, tropeça, cai - um político que rouba, um filósofo que propaga incongruências”, explica Possenti. Além do rebaixamento, é preciso haver algo de surpreendente. E à surpresa se acrescenta a genialidade, o talento que um indivíduo tem para forjar a relação surpreendente. “A própria operação gera um prazer estético no ‘receptor’ quando este acredita ter percebido o que o outro quis dizer”, conclui o lingüista.

Flávia Natércia



Fernando Peternann

A expansão das favelas iguala o perfil das grandes cidades

URBANISMO

Periferia e favelização avançam nas grandes cidades da América Latina

As condições de pobreza e desigualdade social na América Latina fazem com que 44% de sua população viva em favelas ou subúrbios com estrutura precária e condições mínimas de sobrevivência. Os dados, divulgados no início deste ano pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), identificam a maior parte das favelas nas cidades, onde vivem três de cada quatro latino-americanos. O estudo, intitulado “Pobreza e precariedade do habitat na América Latina”, mostra que a precariedade é maior nas

periferias das cidades do interior que, em sua maioria, não chegam a receber ajuda federal. Dos domicílios em bairros precários, 76% têm problemas de qualidade da construção e dos serviços básicos, como saneamento e iluminação. E a maioria desses domicílios é chefiada por mulheres. A estimativa da Cepal para os próximos 15 anos é que a população das grandes cidades crescerá 2%. Nos países mais pobres da região – Bolívia, Guatemala, Haiti, Honduras e Paraguai – esse aumento será de 3%.

Dois estudos de pesquisadores brasileiros, divulgados na última reunião da SBPC em julho passado, em Cuiabá, evidenciam que o problema das favelas ou da periferização não é exclusivo das metrópoles ou mesmo das cidades; também no meio rural existem locais com péssimas condições de moradia. O sociólogo João Batista Filho, hoje na Universidade Norte do Paraná (Unopar) e sua ex-aluna na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e atual docente do Departamento de Sociologia e Política da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Marineti Covezzi, realizaram estudos de caso para entender o processo. O foco do trabalho de João Batista foi Londrina, cidade do norte-paranaense, fundada por ingleses há apenas 70 anos, com vocação agrícola para os cultivos de café e algodão, pela qualidade de sua terra roxa. Projetada para um crescimento equilibrado, de forma a chegar ao ano 2.000 com uma população de 30 mil habitantes vivendo bem, Londrina tem hoje, porém, perto de 500 mil habitantes, e é marcada pela especulação imobiliária e pela presença de latifúndios urbanos. O Plano Diretor feito em 1997 identificava 43 núcleos de favelas e assentamentos; na atualidade, esse número já subiu para 68 favelas e/ou assentamentos, contabiliza o pesquisador.

Marinetti Covezzi escolheu Poconé e Barão de Melgaço, municípios periféricos da capital mato-grossense, como objetos de estudo. Cuiabá nasceu planejada, conta a pesquisadora, mas a partir do inchaço provocado por áreas



Camilla Wilson/Memórias do Jeonunbi

Morador: difícil acesso a serviços públicos

de exploração do garimpo e em consequência de uma série de condições próprias da região, da concentração de terras à crônica falta de emprego, sofre com problemas urbanos de metrópole. A pesquisa coordenada por Marinetti começou dentro do Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração (Peld), patrocinado pelo CNPq. O foco em Mato Grosso, portanto, era meio ambiente. Mas, rapidamente se percebeu que a presença do homem é fundamental para entender o bioma pantaneiro, e esse viés foi crescendo durante o estudo. A principal questão enfrentada pelo grupo de pesquisadores foi: quais as consequências, ambientais e sociais, da exclusão do homem, instalado há mais de 200 anos com atividade econômica produtiva, de uma área de preservação?

ESPAÇO LEGAL A pesquisa da Unopar iniciou com a avaliação da legitimidade de ocupação nas 12 favelas mais centrais de Londrina. Como desdobramento, passou-se a apurar outras questões como o direito de acesso à cidade que essa população tem. Afinal, hoje são 160 mil habitantes em Londrina vivendo em situações de risco social, 35% deles com renda familiar de até 2 salários mínimos; 11 mil famílias em condição de miséria, com renda de um dólar por dia; e só 12 mil famílias desse universo atendidas por algum tipo de benefício social.

“São pessoas que vivem na cidade e não a cidade, com a característica de estarem sempre em trânsito”. Para Batista, o olhar da cidade a partir da favela equaliza todas as metrópoles. Essas populações não têm identificação: sua rua não tem nome, sua casa não tem número, seu bairro ninguém sabe como chama. A origem das famílias que moram em situação precárias é o próprio estado: 60% do norte paranaense; 32% de Londrina; 8% de outros estados. Essa é a dramática realidade constatada pela pesquisa: “um estado rico favelando sua própria população, com 16% de analfabetos e 83% com até 1º grau”, acrescenta.

OURO PANTANEIRO Os pequenos municípios de Poconé e Barão de Melgaço integram o quarto maior estado brasileiro em território – 930 mil quilômetros quadrados – mas com uma pequena população de 2,02 milhões de habitantes e um crescimento demográ-

DIFERENCIANDO SUBÚRBIO DE PERIFERIA

Há vários termos que expressam conceitos sobre os espaços das cidades, mas que muitas vezes são usados de forma incorreta. É o caso da palavra subúrbio que, etimologicamente, significa o espaço que cerca uma cidade, mas esse sentido tem sido deturpado, em especial no Rio de Janeiro, onde passou a designar a periferia. É o que diz Nelson Nóbrega Fernandes, professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense: “A palavra subúrbio, no Rio, é muito mal resolvida e ganhou uma conotação muito forte de classe, até meio pejorativa”.

Outra característica dos subúrbios é a baixa densidade de ocupação dessas áreas que, por essa razão, podem abrigar pequenas propriedades agrícolas, condomínios de luxo, estádios, parques, ou outro tipo de empreendimento que busque mais espaço. Com a industrialização, por exemplo, formaram-se subúrbios industriais e operários. A palavra traduz uma situação intermediária entre cidade e campo e não uma condição sócio-econômica.

Mas, segundo Fernandes, com o crescimento das cidades, o que antes era suburbano, vira urbano. Conforme a mancha urbana vai se ampliando, áreas que antes se enquadravam nesses critérios, com uma intensa ocupação e urbanização, passam a se caracterizar como bairros, mas nem por isso deixam de ser chamadas de subúrbios. Além disso, até o início do século XX, o termo era utilizado para todas as áreas periféricas da cidade, independente do uso do espaço. Com as reformas urbanas, a partir das primeiras décadas do século passado, a palavra subúrbio passa a ser usada para designar áreas servidas pela ferrovia.

No Rio, o setor Norte-Oeste fez com que se considerasse subúrbio um lugar onde há um serviço de transporte urbano – o trem – e onde supostamente morariam as classes sociais menos abastadas, perdendo assim o seu caráter geográfico. Já em São Paulo, subúrbios são os municípios formados a partir da construção da linha férrea que ligava a capital ao interior.

No contexto brasileiro, a palavra periferia é algo típico do processo de metropolização dos anos 1960-70. O termo tem sido usado para designar loteamentos clandestinos, ou favelas localizadas em áreas mais centrais, onde vive uma população de baixa renda.

Para Manoel Lemes da Silva, professor de planejamento urbano e regional, da Faculdade São Marcos, de São Paulo, o termo periferia carrega consigo um sentido político, econômico e social que o subúrbio em princípio, não tem. “Não dá para pensar em periferia sem pensar em centro. É um par dialético que faz parte dos fundamentos da teoria do desenvolvimento econômico”, diz o professor.

Em termos mundiais, o conceito de periferia foi reforçado após as duas grandes guerras e acirrado com a Guerra Fria, destinando o status de centro àqueles países de maior poder econômico e militar, e de periférico aos mais pobres, dependentes, com problemas de infra-estrutura, segundo Silva. Nas cidades, o conceito se aplica ao espaço onde está o centro econômico de poder. Do lado oposto, estaria a periferia. Silva afirma que o conceito surgiu na tentativa de tornar toleráveis a manutenção de cidades ao Estado. Mas o que se tem na verdade, é uma perpetuação das desigualdades sociais e econômicas.

Simone Pallone

fico de 2% ao ano na última década. Mais de 80% dos habitantes de Mato Grosso estão concentrados nas áreas urbanas de Cuiabá, Vargem Grande, Rondonópolis e Cáceres. Um movimento totalmente contrário à proposta de colonização das décadas passadas, quando se pensou a ocupação do estado a partir da atividade agrícola. “As dificuldades das terras do Cerrado impulsionaram a população para as cidades”, assinala Marineti.

POCONÉ E BARÃO DE MELGAÇO O foco inicial da pesquisa da UFMT foi o Sesc-Pantanal, que colocou sua área de reserva à disposição para os estudos ambientais propostos. Porém, rapidamente o problema social gerado com a retirada de famílias daquelas terras se impôs. Essa população, desenraizada e sem atividade produtiva, passou a deslocar-se para o entorno e, entre os locais de chegada, estavam Poconé e Barão de Melgaço, conta a pesquisadora.

Poconé, formada no século XVIII em decorrência da exploração do ouro, “é o quarto município de MT que surge quando a exploração das minas se esgota”. Barão de Melgaço nasce para atender as monções dos bandeirantes; depois a produção de açúcar atraiu mais gente; mas foi somente na década de 90 do século XX que se transformou em município. Barão do Melgaço teve um crescimento mais lento, pois apenas 25% de sua área é terra firme, e 50% de sua população está no campo ou é ribeirinha. Poconé está situada na planície panta-

neira e chegou a abrigar a maior criação de gado do estado. Hoje tem 30,8 mil habitantes, em 18 bairros. O novo ciclo de exploração recente do ouro em suas terras a transformou: em 1990, Poconé chegou a ter 47 mil moradores por conta da mineração de grandes empresas – em 1985 eram cerca de 10 mil garimpeiros trabalhando, conta Cozzetti. Com o fechamento das áreas de exploração, a população ficou sem fonte de renda e concentrou-se na cidade, com apenas 8,4 mil de seus habitantes fixados no campo.

O solo de Poconé, hoje, lembra uma superfície lunática, por causa das grandes perfurações em busca do ouro, cuja exploração passou a ser controlada por oito grandes mineradores. Além do inchaço urbano, a situação ambiental é igualmente grave. O abandono das áreas de exploração do ouro deixou crateras e microbacias contaminadas pelo esgoto. Barão de Melgaço tem apenas cinco bairros e economia centrada na pecuária e na pesca. São 730 pescadores profissionais vivendo próximos às grandes lagoas; mas as barragens construídas pelas usinas reduziram a vazão do rio Cuiabá e colocaram sua fonte de subsistência em risco. O lixo despejado nessas regiões desemboca nas bacias do Chapororé e Mariana, o que afeta a fauna pesqueira, conta a pesquisadora.

INVISIBILIDADE Como em Londrina, e provavelmente em todas as cidades onde o favelamento não se acontece nas áreas nobres, também nessas localidades

mato-grossenses há uma invisibilidade dos bairros pobres em relação às instâncias políticas e sociais de poder local.

São aglomerações urbanas com elevadas taxas de analfabetismo – Barão com 22% e Poconé 21% – e níveis baixos de benfeitorias sociais, como água tratada – Barão 44% e Poconé 61%. Mas no Fundo de Participação dos Municípios, os recursos não são tão pequenos, diz Marineti: R\$ 1,1 milhão e R\$ 2,2 milhões, respectivamente. O fato é que inexiste um plano de administração social para esses municípios, considera a pesquisadora.

“A situação dessas duas cidades empurram para um processo de favelização semelhante ao das grandes cidades”, acrescenta a pesquisadora. Por falta de planejamento e de políticas públicas mais abrangentes, que conciliem o progresso econômico e preservação ambiental com o cuidado e atenção aos direitos de cidadania de sua população mais pobre, as favelas vão transformando as cidades em aglomerados com a mesma feição.

Dentre as propostas que tratam dessa questão, o professor João Batista considera que a tendência mais progressista hoje não é a erradicação, mas a urbanização das favelas. Em alguns cenários existem moradores há várias décadas no mesmo local. “E essa população não tem como voltar para lugar nenhum: são pessoas que perderam o sistema comunitário que existia antes, ou vieram de áreas que se transformaram em preservação ambiental”, complementa Marineti.

Wanda Jorge